

Eleições 2018
Mais Mulheres no Poder!

**Vamos garantir os 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)
para as candidatas!**

Ao longo das últimas décadas as mulheres têm lutado por mais acesso e presença nos poderes políticos do país – no Executivo, Legislativo e Judiciário -, obtendo pequenas vitórias. Mas particularmente nos poderes Executivo e Legislativo a situação é tão crítica que o Brasil, em dezembro de 2017, ocupava a 152ª posição entre 190 países no percentual de cadeiras nos parlamentos nacionais no número de mulheres em mandato parlamentar (IBGE, 2018). Na atual legislatura a Câmara Federal tem apenas 10,5% de seus membros do sexo feminino. Seguramente este resultado é um dos piores na escala global.

Ganhamos o direito de disputar, mas não o de concorrer em condições de equidade.

Desde 1995 as mulheres obtiveram a primeira legislação de uma política de cota mínima de 20% de candidaturas para as Câmaras de Vereadores nas eleições municipais de 1996. Em 1998 esta legislação foi alterada para vigorar nas eleições daquele ano e foi aprovada a Lei nº 9504/97 que elevou a taxa para 30% as vagas para mulheres candidatas e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Mas poucos resultados foram alcançados. A pressão feminista ampliou-se e na chamada minirreforma eleitoral de 2009 esta legislação foi alterada, com o estabelecimento de novos mandamentos para ampliar a participação das mulheres. A Lei nº 12.034 de 30 de setembro de 2009 substituiu a expressão “reserva” pela palavra “preencherá” e tornou “obrigatório” o preenchimento das cotas de gênero na definição das candidaturas de cada partido político. Também foi criada uma reserva de no mínimo 10% do tempo da propaganda partidária para incentivar a participação feminina na política. E a destinação de 5% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Estas ações afirmativas não tiveram o sucesso que as feministas sonharam e tanto lutaram.

Em 2015 o Supremo Tribunal Federal- STF respondeu a uma consulta da OAB e proibiu o financiamento empresarial de campanha. Em 2017 a Câmara dos Deputados aprovou a criação do Fundo Especial de Financiamento Eleitoral. No início de 2018 o STF julgou a ADI 5617 e determinou que fossem destinados pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas, sem fixar percentual máximo. Agora em maio de 2018, respondendo a arguição de um grupo de mulheres acadêmicas e de parlamentares de partidos políticos, o Tribunal Superior Eleitoral/TSE decidiu que os partidos devem garantir ao menos 30% do Fundo Especial Eleitoral e do tempo de propaganda gratuita para as candidaturas de mulheres.

Claro, isso causou um rebuliço nas hostes partidárias. Muitos dirigentes partidários reclamaram que a legislação não era clara, que a medida tinha sido decidida cinco meses antes das eleições e após o período da janela partidária; e alguns argumentam ainda que a medida não permitia aos partidos atrair candidatas para este pleito! Em suma, tenta-se confundir o debate público e um dos efeitos pode ser o de, mais uma vez, afastar as mulheres do processo eleitoral, “jogando para escanteio” esta importante decisão.

Por isso, nós (feministas, acadêmicas, militantes partidárias, ativistas entre outras) convocamos as pré-candidatas de todos os partidos políticos e aquelas e aqueles interessados em debater de forma conjunta com o objetivo de apoiar a implantação, em 2018, da medida que define cota mínima de 30% do Fundo Especial Eleitoral para as candidaturas das mulheres.

Data: 09 de julho de 2018

Local: Sede FGV – Praia de Botafogo, 180. 13º andar (sala Schuartz)

Horário: 18h